

## **PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA**

### **DOCUMENTO DE ENQUADRAMENTO DO PILAR SEGURANÇA E ESTABILIDADE\***

#### **1. Enquadramento**

1.1. Para um pequeno país democrático, insular, com poucos meios mas em fase de crescimento económico e abertura aos mercados internacionais, como Cabo Verde, a segurança mais do que uma opção, é uma necessidade.

Necessidade acrescida pela localização numa das rotas estratégicas do Atlântico Norte, entre Europa, África e Norte e Sul da América que coloca Cabo Verde como uma plataforma natural de passagem de comércios ilícitos com destino a países economicamente mais avançados, mas cujos desdobramentos acabam por atingir directa e indirectamente o país que, no entanto, não possui uma capacidade de resposta endógena.

Os fenómenos criminais que se desenvolvem no Atlântico são desafios à segurança global, pelo que a defesa deve ser colectiva. Cabo Verde não pode ignorar esta realidade pois directa ou indirectamente o país é afectado pelo que é incontornável a necessidade de um novo conceito operacional de segurança e a participação e envolvimento na construção da segurança na região atlântica.

A segurança, a tranquilidade e a estabilidade interna são entendidas por Cabo Verde como uma matéria fundamental e estratégica para o próprio desenvolvimento económico e social do país e como uma condição essencial para o exercício de direitos, liberdades e garantias.

1.2. A lei constitucional consagra como dever fundamental do Estado a prevenção de actos que ponham em causa a ordem pública, atinjam a integridade das pessoas, violem valores constitucionais. Assim o Estado tem de actuar como garante da segurança, justiça e bem-estar da população. A criminalidade afecta estes três aspectos da vida em sociedade.

Ao governo cabe, através dos órgãos competentes, a implementação da política de segurança e defesa nacional, face às novas formas de tensão, desafios e ameaças como: os tráficos de drogas, de armas e de pessoas; o crime internacional organizado; o terrorismo global transnacional; as guerras e conflitos regionais; o alargamento do fosso entre o Norte e o Sul; ou o crescimento de fluxos migratórios que obrigam à criação de um novo conceito operacional de segurança ao mesmo tempo que impõe a concertação da acção nacional com as acções internacionais de modo a influenciarem-se mutuamente para uma resposta correcta, eficaz e oportuna. Ou seja, se as ameaças e os desafios à segurança são globais, de natureza e origem desconhecidas a defesa deve ser colectiva.

A segurança coloca, assim, desafios especialmente complexos à Justiça, à segurança interna e à própria defesa nacional, sectores aos quais de forma integrada e numa óptica de optimização de recursos cabe garantir a segurança, a coesão social e a paz, porque Cabo Verde quer ser factor de Paz, Segurança e Estabilidade neste corredor do Atlântico que liga as Américas, a África e a Europa.

Por conseguinte, a missão, ampla e complexa, apela a uma intervenção coordenada e a cooperação internacional, seja ela sub-regional, regional bi ou multilateral, é um imperativo pelo que de entre os vários sistemas possíveis de defesa e segurança colectivas é de se admitir, sem receios, a possibilidade de parcerias que garantam a prevenção e uma actuação eficaz.

Com efeito, só é possível enfrentar os desafios impostos pela criminalidade organizada transnacional e a corrupção com a intensificação da cooperação pois à escala global, o perfil assumido pelas ameaças criminais, torna necessárias formas bem mais exigentes de cooperação e instrumentos internacionais de novo alcance no domínio da identificação e repressão dessas ameaças.

## **2. Desafios globais**

- Deficit na recolha sistemática de dados e análise dos fenómenos criminais emergentes impede uma monitorização eficaz e consequentemente respostas rápidas a esses fenómenos novos;
- Insuficiente capacidade operacional e de recursos das instituições destinadas a prevenir e combater a criminalidade;
- Participação insuficiente da sociedade civil no combate e prevenção ao crime organizado bem como às incivilidades
- Insuficiência de infra-estruturas públicas ou privadas no tratamento e reabilitação de toxicodependentes
- Travejamento legislativo e administrativo antiquado face aos desafios novos colocados pelas redes criminais internacionais e o terrorismo.
- Sistema judicial com limitações resultando em demoras na administração de justiça.

## **2. Linhas orientadoras de acção**

A aplicação da política de segurança passa pela assumpção de princípios e valores próprios de uma sociedade democrática, paz e liberdade e empenhada em criar e aproveitar sinergias de valorização da pessoa humana, de participação cidadã, de aperfeiçoamento do Estado de direito democrático e de construção do desenvolvimento.

Toda a política de segurança deve ter como referencial de actuação a defesa intransigente dos direitos dos cidadãos e é em função destes mesmos valores que devem ser tomadas as medidas adequadas de modo a garantir a sua execução

É dentro desta visão de desenvolvimento que o Governo vem encetando um

conjunto de reformas ao nível da Segurança e da Defesa Nacional, reformas essas tendentes à reconfiguração das forças policiais, à criação do Sistema de Informação da República e à adopção de medidas no sentido da melhoria dos mecanismos que nos garantem um país cada vez mais seguro

Neste enquadramento e na perspectiva mais ampla de reforço da segurança na sub-região, Cabo Verde tem em curso uma reforma global do sistema de segurança e de defesa nacional, que passa pela reorganização e capacitação das nossas polícias e forças armadas, visando o reforço da sua capacidade operacional, assim como, pelo reforço da cidadania e da acção preventiva envolvendo a própria sociedade, para que seja assegurada a segurança e ordem pública, através da garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos.

A par disso, o reconhecimento de que a cooperação internacional num espaço com a relevância geo-estratégica de Cabo Verde pode revelar-se decisiva para contrariar com êxito e à escala global as novas ameaças do terrorismo e da criminalidade organizada. Por isso o país tem procurado desenvolver parcerias com países vizinhos que lhe permitem ter maior capacidade de controlo e de reposta.

### **3. Objectivos estratégicos**

Proteger o desenvolvimento social e económico do arquipélago contra o crime organizado – tráficos, corrupção, branqueamento de capitais e terrorismo

Reduzir a possibilidade de utilização do território de Cabo Verde nas operações de tráfico, melhorando as capacidades logísticas, analíticas e operacionais das instituições no controle das fronteiras, na detecção e investigação de ilícitos criminais e na aplicação da lei e manutenção da ordem.

Reduzir as possibilidades de penetração na sociedade e no sistema financeiro de práticas de corrupção e branqueamento de capitais bem como evitar a entrada de redes criminosas, reforçando a administração da Justiça e dotando as instituições dos instrumentos legais necessários

Reduzir o impacto das incivildades bem como do uso de estupefacientes reforçando as capacidades analíticas e operacionais, desenvolvendo serviços de reabilitação e tratamento para toxicodependentes e desenvolvimento de estratégias de prevenção destinadas a fortalecer as respostas de sociedade drogada às incivildades.

Promover a cooperação judiciária e policial com os países da sub-região, países produtores ou de origem dos tráficos e com os países de destino.

### **4. Linhas de actuação**

**4.1.** Concepção coordenada e integrada das políticas sectoriais que visam garantir a segurança de Cabo Verde – justiça, segurança e defesa – e execução dessas políticas, mobilizando todas as energias e forças nacionais e materiais da Nação face a qualquer ameaça, tendo o Governo estabelecido, de forma clara, a subordinação estratégica dos objectivos gerais dessas política ao serviço da democracia, do desenvolvimento e da promoção da segurança das pessoas.

Neste contexto, incumbe também à Defesa Nacional a missão de criar as condições necessárias para que as Forças Armadas, como instrumento de política externa, contribuam para que esta região atlântica seja uma área de segurança e desenvolvimento, desempenhando um papel importante na prevenção e combate às novas ameaças à segurança – o crime organizado e o terrorismo transnacional.

**4.2.** Consolidação do quadro legislativo garantindo os meios legais para o combate à criminalidade transnacional, pois quer no plano nacional, quer a nível internacional, a prevenção e o combate a esta realidade só pode efectuar-se de forma coerente e eficaz com a criação de um conjunto de mecanismos de natureza legislativa e regulamentar.

Implementação das convenções e instrumentos das Nações Unidas para a prevenção e combate à criminalidade organizada, aos estupefacientes, ao terrorismo e à corrupção, que já integram a legislação nacional e que directa ou indirectamente apelam ao incremento da cooperação internacional e, consequentemente, harmonização dos conceitos domésticos com os conceitos convencionais internacionais de forma a potenciar a sua aplicação e a cooperação entre Estados.

**4.3.** A promoção de uma cooperação internacional activa e eficaz é fundamental pois a segurança requer uma actuação concertada e uma cooperação reforçada no domínio penal.

Incrementar a participação na feitura e adesão a acordos bilaterais ou regionais nessa matéria, com o objectivo de aprofundar a cooperação bilateral e regional no combate à criminalidade organizada transnacional,

Criação de um ambiente cooperativo a vários níveis pois é, também, indispensável a cooperação internacional ao nível da “inteligência”, da investigação criminal e da actividade judiciária para a prevenção e a repressão dos fenómenos criminais.

**4.4.** Consolidação e utilização eficaz dos meios legislativos, orgânicos e materiais para actuação concertada a nível nacional e internacional:

- Implementação de capacidades de patrulhamento aéreo e naval do território marítimo nacional, abrangendo áreas que se relacionam com o patrulhamento costeiro e oceânico e implicando as necessárias alianças cooperativas internacionais para a Segurança do Atlântico Médio;
- Estabelecimento, no plano interno, de mecanismos de coordenação eficaz entre os sectores da ordem interna, da investigação criminal, da protecção civil, dos portos e aeroportos, da defesa, dos transportes e comunicações e do meio ambiente;
- Reforço do quadro institucional e dos meios de acção que permitem actuar a nível interno e externo, nomeadamente com introdução de meios tecnológicos e formação e capacitação dos recursos humanos;

- Reforço da coordenação técnica e operacional entre as forças e serviços de segurança;
- Reforço da vertente preventiva e das capacidades de pesquisa e análise de informações;
- Reforço da segurança portos e aeroportos;
- Reforço e reorganização da capacidade operacional das polícias e das forças armadas no domínio da prevenção e repressão dos fenómenos criminais;
- Sensibilização da sociedade para o papel a desempenhar na implementação da política de segurança eficaz.

\* *Documento elaborado conjuntamente pelos Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Justiça*